

Editorial

**Que mudança?**

A questão importante a colocar no final da maratona eleitoral iniciada em Abril é se está à vista uma mudança de rumo político favorável aos trabalhadores.

Nas europeias foi claro que o PS sofreu forte penalização. Foi também claro que, nas legislativas, os dois principais partidos do poder (PS e PSD) saíram diminuídos. Mas é igualmente evidente, terminadas as autárquicas, que, no balanço geral, as forças da direita mantêm forte predominio e guardam, portanto, uma larga margem de manobra política. Isto considerando o PS como aquilo que é: um partido da direita, simplesmente com maior capacidade de arregimentar as camadas populares e que, por isso mesmo, tem demonstrado mais eficácia na aplicação da política que convém ao patronato.

A resposta à questão inicial é, a nosso ver, negativa. Não se vislumbra a revogação do código do trabalho, nem a paragem dos despedimentos, nem a diminuição dos sacrifícios impostos aos trabalhadores à pala da crise. Com os apoios de que pode dispor à direita, o novo governo vai arranjar maneira de dar continuidade à obra dos quatro anos passados. Se o combate a este rumo se ficar pela oposição parlamentar, será de novo fácil à direita prosseguir pelo caminho que quer.

A experiência dos últimos quatro anos não deixa de ser instrutiva. Primeiro, porque a penalização, embora não definitiva, que sofreram as principais forças do poder foi o efeito das ondas de protestos que agitaram e trouxeram à rua inúmeros trabalhadores. Em segundo lugar, porque, vê-se agora, essa movimentação – apesar da importância que teve – ficou muito aquém do que estava em jogo. Na verdade, os protestos diversos ocorridos desde o Outono de 2006 tiveram um ponto fraco: não foram acompanhados por uma luta do mesmo nível nas empresas, onde a resistência do operariado foi débil, permitindo ao patronato fazer o que quis, quase sem protestos. Resolver esta debilidade é começar a criar condições para uma mudança a sério.

**MUDAR DEVIDA**

jornal popular / apoio: 0,50€

Outubro 2009 / número 19



São os cálculos do FMI para 2010

# Mais 92 mil desempregados

## Como a CIP ditou o rumo ao governo

*página 3*

Plataforma Anticapitalista

*O capital que pague a crise* pág 9

Agravam-se as tensões políticas e militares  
entre potências capitalistas *Entrevista a Henry Houben* pág 6-7

A ditadura da produtividade

24 suicídios na France Telecom em dois anos *pág 9*

# A NATO em causa

O leitor Manuel Baptista discorda da ideia, defendida no editorial do MV 18, de reclamar a saída de Portugal da Nato e contrapõe a exigência de extinção da Nato. Eis o seu texto e a nossa resposta.

## “Objectivo mal delineado”

Proclamar o objectivo de «Portugal fora da NATO» pode parecer muito avançado, muito revolucionário, mas – do meu ponto de vista – é um equívoco. Vou tentar explicar porquê.

- 1- A NATO é parte integrante do aparelho político-militar-económico do império.
  - 2- Portugal é um peão sem qualquer autonomia real, apenas nominal, na estratégia do capitalismo mundializado. Na verdade, é uma neo-colónia dos países de maior peso dentro da UE e também dos EUA.
  - 3- Portugal não tem possibilidade de saída isolada da NATO, pois isso equivaleria a nada menos do que uma mudança de 180 graus na sua política (interna e internacional).
- Afigura-se-me portanto um objectivo mal delineado estrategicamente, tanto mais que – na hipótese muito remota dele se tornar viável – o povo português teria de enfrentar, de certeza, o bloqueio e, provavelmente, a invasão do seu território.
- Coloco a questão de outra visão sobre o problema: Acabar com a NATO, essa aliança militarista, instrumento do império EUA, polícia mundial contra todas as insurreições que possam fazer perigar a ordem capitalista totalitária.
- Exigindo o fim dessa aliança, está-se a apontar a dedo também

para a responsabilidade do capitalismo globalizado, que não hesita em levar a qualquer parte do globo a guerra punitiva e destruidora, dirigida contra populações indefesas, numa enorme barbárie, recoberta por doses massivas de propaganda mediática, para servir exclusivamente os interesses das corporações e governos.

**Manuel Baptista**

## Resposta a MB

Antes de mais um reparo: o que nos move não é “parecer muito avançado, muito revolucionário”; é expor os nossos pontos de vista e ouvir outras opiniões. Agora, o que interessa. O editorial que Manuel Baptista critica visava uma situação concreta: a campanha política e mediática, *das classes dominantes portuguesas*, para convencer a população portuguesa de que têm de ser enviadas mais tropas para o Afeganistão. Não tem cabimento, perante tais circunstâncias, contrariar o propósito dos dirigentes portugueses e reclamar a saída de Portugal da NATO? Se não o fizermos, quem o vai fazer por nós?

Dos 3 pontos em que Manuel Baptista baseia a sua posição, só um é, a meu ver, inquestionável: aquele que afirma que a NATO é parte integrante do aparelho imperialista.



Quanto aos outros dois:

- Afirmar que Portugal é uma “neocolónia” não me parece acertado. Quase se pode dizer que é uma definição que coloca na sombra as opções políticas que as classes dominantes portuguesas tomam de apoio e de alinhamento com os imperialismos europeu e norte-americano. Mas, para aquilo que agora nos interessa, mesmo que Portugal fosse uma simples neocolónia, em que é que isso tiraria importância ao desenvolvimento de um movimento da sua população contra a NATO?

- Em rigor, também não se pode afirmar que Portugal, ou outro país qualquer, não possa sair “isoladamente” da NATO; tudo depende de condições políticas (hoje inexistentes, claro). Numa situação de crise do imperialismo norte-americano, de contradições profundas entre blocos imperialistas, de fortes movimentos populares anti-militaristas, não é de excluir que alguns países possam unilateralmente pôr em causa a sua integração na NATO. Mas, uma vez mais, não é a

adversidade da situação presente que nos impede de reclamar a saída da NATO, na suposição de que isso não traduz um propósito exclusivo do nosso país, mas pelo contrário um apelo a que outros países façam o mesmo.

Em suma, no que respeita ao fundo do problema, não vejo em que é que a exigência de que Portugal saia da NATO é incompatível com a exigência de extinção da NATO. É o que, por outras palavras, o dito editorial afirma ao associar a denúncia da Nato como aliança militar agressiva à exigência de que Portugal dela se retire. São dois planos de luta complementares, ambos indispensáveis. Mais: estou convicto de que se não houver em cada país uma luta dirigida para tais fins comuns (as fronteiras e os Estados são, por enquanto, uma realidade), qualquer movimento internacional pela extinção da Nato pecará por falta de bases sólidas e não terá condições para vingar.

**Manuel Raposo**

## FICHA TÉCNICA

**Redacção** Cristina Meneses, Manuel Raposo, Pedro Goulart  
**Colaboradores** António Louçã, Carlos Completo, Carlos Simões, Francisco Raposo, Manuel Monteiro, Rita Moura, Urbano de Campos  
**Site** David Raposo  
**Contactos**  
 Rua João Ortigão Ramos, 19-4.ª A, 1500-362 Lisboa  
 jornalmudardevida@gmail.com  
 www.jornalmudardevida.net

## ASSINATURAS

**10 números** (um ano)  
 Donativo mínimo, €15  
 Apoio, o mais possível

Como fazer uma assinatura:

**No site** [www.jornalmudardevida.net](http://www.jornalmudardevida.net) (> Assinaturas): indique nome, morada, código postal e transfira o seu contributo numa caixa Multibanco (seleccionar “Outras Operações” e “Transferências”), para o NIB 0007 0000 00682481622 23. Para sabermos de quem vem o contributo envie-nos um e-mail a comunicar a transferência.

**Por correio:** envie nome, morada, código postal, indique o número a partir do qual inicia a assinatura e junte um cheque traçado ao portador.

## APOIOS

Vendas Porto ..... 13,80 €  
 Donativos..... 150,00 €  
 Total..... 163,80 €

## Plataforma Anti-NATO

Em reunião realizada em Lisboa a 30 de Setembro, um conjunto de activistas constituiu uma Plataforma Anti-Guerra, Anti-NATO (PAGAN). Trata-se de um movimento anti-militarista que participa na campanha internacional *No to War, No to NATO* (Não à Guerra, Não à NATO).

Motivada pela circunstância de a próxima cimeira da NATO se realizar em Portugal em finais de 2010, a Plataforma foi criada com o propósito de manifestar pública e pacificamente o desagrado dos cidadãos portugueses com as políticas belicistas da NATO. Num comunicado enviado à comunicação social, afirma-se que a PAGAN pretende também ser um veículo de informação sobre as alternativas anti-militaristas de que todos os cidadãos dispõem de forma a não compactuar com os interesses bélicos da NATO.

O movimento é aberto a todos aqueles que pretendam afirmar o seu repúdio pela guerra e pelas instituições que a representam e patrocinam.

No final deste ano, tem lugar em Berlim um encontro, que reunirá várias organizações antimilitaristas, inserido na campanha *No to War, No to NATO*. A plataforma agora criada participará no referido encontro.

## Conversa de esquerda

O recém-eleito deputado europeu do BE Rui Tavares, escrevendo no Público no dia seguinte às eleições legislativas, concluiu que "o eleitorado português continua firmemente de esquerda", contabilizando, portanto, o PS na coluna da "esquerda". Nesse quadro, Rui Tavares sugeria que a "outra saída" de Sócrates (além de uma maioria à direita com o CDS) seria "criar um diálogo à esquerda".

Não se percebe bem: primeiro, como é que o PS, sendo parte da "esquerda", pode formar maioria com a direita; segundo, como é que a "conversa a sério" entre a "esquerda" (PS, BE e PCP) se afigura a Rui Tavares "difícil", e com o CDS não; terceiro, como é que Rui Tavares esqueceu tão rapidamente o que o PS fez nos últimos quatro anos.

Cálculo do FMI para 2010

# Mais 92 mil desempregados

Segundo estudo recente do Fundo Monetário Internacional (FMI) e apesar de um ligeiro crescimento do PIB previsto para o próximo ano, a destruição de emprego em Portugal continuará forte nos próximos tempos. Só em 2010 está previsto que mais 92 mil trabalhadores percam os seus postos de trabalho. E, em 2011, o drama vai continuar.

**S**abendo nós que já neste momento o desemprego efectivo em Portugal (que abrange não apenas o desemprego oficial, mas também os inactivos disponíveis e o subemprego visível) atinge mais de 600 mil trabalhadores, não estaremos longe da realidade ao prever um desemprego efectivo de 750 mil trabalhadores em finais de 2010. Isto corresponderá, então, a uma taxa de desemprego real da ordem dos 13%.

Se o desemprego atinge particularmente determinados sectores da sociedade portuguesa – operários não qualificados, trabalhadores com nível de escolaridade mais baixo e/ou com idade superior a 45 anos, a verdade é que, também, dezenas

de milhares de jovens licenciados não encontram trabalho.

A acrescentar a tudo isto, é de salientar o facto de a um forte crescimento de desemprego não corresponder idêntico aumento na concessão de subsídio de desemprego. Isto é, tem crescido mais rapidamente o número de desempregados do que o número de subsídios. Assim, há hoje uma elevada percentagem de trabalhadores desempregados (mais de 30%) que não recebem subsídio. E o Ministério do Trabalho justifica (!) esta situação com a entrada de jovens (sem direito a subsídio) no mercado de trabalho e com o facto de muitos desempregados terem esgotado o período de concessão quer do subsídio de desemprego quer do subsídio social de

desemprego.

Perante a crueza dos dados, é evidente que a questão do desemprego é o problema mais grave com que se debate no imediato a sociedade portuguesa. Mas o modo como se encara a atenuação deste problema depende do ponto de vista da classe em que nos inserimos. Os detentores e os representantes do capital (de Belmiro a Van Zeller) só procurarão minorar o problema numa perspectiva de reestruturação do capitalismo à custa dos próprios trabalhadores. Nós, os que nos situamos do outro lado da barricada, no campo das classes trabalhadoras, não podemos aceitar que as coisas se processem desse modo. Só a luta unida e determinada dos trabalhadores, combatendo os despedimentos, o *lay-off* e o trabalho precário, na perspectiva que deve ser o capital a pagar a sua crise, poderá impedir que a reestruturação se verifique essencialmente à custa de quem trabalha.

**Pedro Goulart**

## Como a CIP ditou o rumo ao governo

Mal os votos das eleições legislativas estavam contados, o presidente da CIP fez saber como deveria ser o próximo governo e a sua política, com o à vontade de quem dá orientações a um conselho de administração.

Disse o senhor Van Zeller que o PS não deveria procurar apoios à esquerda e à direita conforme lhe conviesse. Mostrou que, se não obtivesse o apoio do PSD, o PS poderia negociar com ele a abstenção, que já daria para fazer passar o que quisesse com o apoio do CDS. Venceu que a política do novo governo tinha de ser "definida" e "conhecida". Avançou mesmo indicações sobre quem deveria ficar no governo e quem deveria partir, não admirando que propusesse a continuidade de Teixeira dos Santos (Finanças) e de Vieira da Silva (Trabalho e Segurança Social). E, por fim, não teve problemas em conceder que "lá para essas questões fracturantes", aí sim, poderia o PS ir buscar apoios onde bem quisesse.

Para sublinhar bem o recado que estava a dar, fez saber que, se o novo governo de Sócrates não transmitir "cá para fora" uma "sensação de estabilidade", as empresas deixarão de investir. Sabe-se quais são as questões decisivas de política que o patronato, pela voz de Van Zeller, quer ver "definidas" e "conhecidas" e que tipo de "estabilidade" pretende ver assegurada: a aplicação integral do código do trabalho, a inteira liberdade de despedir e de recorrer a trabalho precário, a garantia de plena protecção do capital por parte do Estado, a certeza de que os custos da crise capitalista serão facturados aos assalariados. Ou isto, dizem os patrões, ou a fuga de capitais – isto é, a chantagem do boicote económico. O que signi-



ficaria atirar para cima de Sócrates umas dezenas de milhares de novos desempregados, como ameaçou há meses, em linguagem de jagunço, o menos polido presidente da Associação dos Pequenos e Médios Empresários.

O patronato respeita muito os resultados eleitorais, desde que eles lhe garantam o sucesso dos negócios. Se houver dúvidas, como se vê, faz das armas económicas argumento político. O mesmo direito assiste aos trabalhadores: a resistência nas empresas e na rua é o seu argumento decisivo.

**Manuel Raposo**



Eleições em debate

# Sobre a vitória da abstenção

**N**uma época como a nossa, o que separa as águas entre os que partilham a defesa do Sistema dos que querem a sua derrocada é a forma como se olha para o Estado e para a representação política. Vem isto a propósito da análise que pode ser feita sobre as recentes eleições que geraram toda uma verborreia omnipresente sobre vitórias e derrotas, sobre o crescimento da direita e da esquerda, sobre arranjos políticos e por aí fora. O que os profissionais políticos e os analistas, não menos profissionais, evitam referir é o facto mais evidente: a crescente perda de legitimidade dos donos do Poder, ante uma abstenção próxima dos 40%, superior à obtida pelo partido mais votado.

O crescimento da abstenção é tanto mais relevante quanto aparentemente o espectro eleitoral se abre, muito pluralisticamente, da extrema-direita à extrema-esquerda, com uma variedade de discursos e cores capaz de satisfazer todos os gostos. Soma-se a isso a propaganda insidiosa dos meios de uniformização da massas, bem como todas as autoridades político-religiosas, a apelar ao voto, tentando convencer o povo de que está nas suas mãos o destino do país. Contra tudo isto levantou-se o muro da indiferença de quase quatro milhões de portugueses que se recusaram a votar e ao se recusar estão explicitamente a expor a sua desconfiança ante todas as formações e discursos políticos que disputam as eleições.

Esta evidência incomoda todos os que partilham crenças comuns sobre a democracia representativa e sobre o papel dos cidadãos domesticados que têm de se integrar em algum rebanho, mesmo que seja no das ovelhas ranhosas. Até os mais conservadores preferem um voto na extrema-esquerda à abstenção. Sendo a abstenção a grande ameaça à legitimidade dos donos do Poder há necessidade de desacreditar o comportamento abstencionista identificando-o com passividade, comodismo, irresponsabilidade, inconsciência e por aí fora usando



todos os adjectivos depreciativos que se possam encontrar nos dicionários.

No entanto, a realidade não parece ser essa, resistir ao discurso da máquina de propaganda, manter uma postura contra-a-corrente não é um indicador de comodismo e indiferença. Mas não se espere, isso é óbvio, que o *partido abstencionista* possa ser visto com excesso de optimismo só lhe reconhecendo virtudes e atribuindo-lhe uma consciência contestatária que estaria ausente em todos os partidos da Situação. Não me parece ser assim. Na abstenção, como no voto, convergem diferentes razões, ideias e vontades, mas certamente que se poderão descobrir no acto abstencionista um potencial crítico e uma descrença no Sistema que dificilmente se encontrarão no acto do voto com todas as ilusões que lhe estão associadas sobre o papel das eleições na mudança social. Até porque o mero acto de votar significa desde logo reconhecer os mecanismos legitimadores dos donos do Poder.

Se uma coisa é possível concluir da história é que é nas ruas que se pode decidir o futuro das sociedades contra a vontade dos gestores políticos da Ordem. Até porque o Poder político não é determinado pelo voto mas pelos interesses dominantes de uma dada sociedade. As políticas nacionais dependem cada vez menos dos deputados de São Bento e cada vez mais da vontade dos grupos

que decidem os destinos dos povos e esses não se submetem ao voto popular mas actuam na sombra, seja em Portugal, seja em Bruxelas, seja em Washington.

Num momento em que os partidos políticos e as elites no poder desde o 25 de Abril estão a atingir o seu ponto mais baixo na credibilidade dos cidadãos, devido à sua patente natureza corrupta e mafiosa, não nos cabe a nós sermos defensores da lógica política-eleitoral e repudiar o abstencionismo eleitoral, ao lado das direcções partidárias, órgãos de poder e comissões eleitorais.

Na tradição libertária do uso da desobediência e do boicote como armas sociais, e de acordo com a nossa visão sobre o Estado e o poder, a única postura aceitável e consequente é a da abstenção eleitoral. Mais que em qualquer outra época, é na crítica do Estado, das elites políticas, e deste falso sistema democrático em que se decide a facção que se vai locupletar com a riqueza social que os anti-capitalistas mais razões têm para defender a abstenção, mesmo que a abstenção eleitoral não esgote a recusa do Sistema, nem seja um momento decisivo da luta social, não deixa de ser um indicador fundamental das ilusões (ou das desilusões) dos cidadãos em relação aos grupos dominantes. Por tudo isso a nossa opção só pode ser recusar a colaboração com os donos do Poder nos seus rituais periódicos de legitimação.

**Manuel de Sousa**

## Repressão na Lisnave

Um dirigente sindical e membro da Comissão de Trabalhadores da Lisnave, Filipe Rua, foi despedido pela Administração da empresa, em 10 de Setembro. Segundo o Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgicas e Metalomecânicas do Sul, o trabalhador foi despedido numa atitude vingativa dos dirigentes da empresa, por ter participado num Plenário dos trabalhadores precários, que a Administração tentara inviabilizar. O Sindicato decidiu contestar o despedimento, recorrendo à via jurídica e a uma acção de luta (greve e concentração de solidariedade) que decorreu junto à porta da Lisnave.

## Trabalhadores ocupam Novinco

A Novinco é uma fábrica de materiais de construção, que labora no Porto. Os seus trabalhadores têm salários em atraso e têm lutado contra esta situação, assim como pela viabilidade da empresa. Em 21 de Setembro, os trabalhadores chegaram à Novinco e, com surpresa, encontraram os portões fechados. Os seguranças disseram-lhes que não podiam entrar, mas os operários forçaram os portões e ocuparam a empresa. Apesar da administração ter accionado anteriormente um processo de insolvência, os trabalhadores continuam a afirmar que a empresa é viável e que têm um projecto para manter a sua laboração.

## Marcopolo: morte anunciada

A Marcopolo, fábrica de carroçarias de autocarros, localizada em Coimbra, pretendia encerrar no dia 15 de Setembro. O ministério do Trabalho impediu o encerramento na altura, por manifesta ilegalidade. Mas, em 30 de Novembro, o fecho consuma-se. São mais 180 trabalhadores que vão para o desemprego. A empresa é uma unidade de produção dependente do grupo brasileiro do mesmo nome, que é um dos maiores produtores mundiais de carroçarias para autocarros.

## Encontros da Plataforma Anticapitalista

Diversas organizações e pessoas a título individual encontraram-se, em Abril, Junho e Julho, para trocaram informações e para analisarem em comum a presente situação política do país e do mundo.

Em resultado, decidiram:

### 1. Dar continuidade aos encontros com as seguintes finalidades:

- trocar informações sobre lutas, realizações, etc., de interesse comum, nacionais ou internacionais;
- debater posições ou propostas políticas;
- encontrar formas de acção e de intervenção comuns.

Os encontros serão regulares. Serão coordenados por uma comissão, cujos membros não são fixos, encarregada de assegurar a realização dos encontros e de propor os assuntos para discussão.

Serão abertos à participação de outras organizações e pessoas que concordem com a plataforma entretanto aprovada.

### 2. Criar uma folha, não periódica, mas com desejável regularidade, com vista a divulgar posições sobre acontecimentos políticos, apoiar acções de luta de trabalhadores, etc., que os participantes dos encontros achem pertinentes.

Os encontros serão regulares. Serão coordenados por uma comissão, cujos membros não são fixos, encarregada de assegurar a realização dos encontros e de propor os assuntos para discussão.

Serão abertos à participação de outras organizações e pessoas que concordem com a plataforma entretanto aprovada.

Os encontros serão regulares. Serão coordenados por uma comissão, cujos membros não são fixos, encarregada de assegurar a realização dos encontros e de propor os assuntos para discussão.

Serão abertos à participação de outras organizações e pessoas que concordem com a plataforma entretanto aprovada.

Os encontros serão regulares. Serão coordenados por uma comissão, cujos membros não são fixos, encarregada de assegurar a realização dos encontros e de propor os assuntos para discussão.

### 4. Promover uma campanha de divulgação pública da plataforma aprovada e de recolha de apoios.

Os encontros serão regulares. Serão coordenados por uma comissão, cujos membros não são fixos, encarregada de assegurar a realização dos encontros e de propor os assuntos para discussão.

Colectivo de Comunistas Revolucionários  
Colectivo Mudar de Vida  
Colectivo Política Operária  
5 Julho 2009

# Plataforma Anticapitalista

Entre Abril e Julho deste ano, algumas organizações e pessoas encontraram-se em Lisboa para debater a situação do país, particularmente a que é vivida no quadro da crise mundial do capitalismo. O seu intuito foi procurar pontos comuns de análise da situação e discutir as condições para uma actuação política conjunta.

Os que participaram nos encontros não se iludem sobre a actual fraqueza da esquerda anticapitalista. E sabem que fraca continuará a ser se não forem encontradas formas de juntar forças na base de uma plataforma política mínima, comumente aceite.

Nesse sentido, a plataforma *O capital que pague a crise*, aprovada nos referidos encontros, representa um passo em frente. Ela permite, com efeito, dar a conhecer, de forma mais sistematizada e alargada, posições anticapitalistas de resposta à crise actual. E cria, portanto, condições para colocar a questão da resistência dos trabalhadores, não em termos de partilha de sacrifícios ou de medidas aceitáveis pelo patronato e pelo poder, mas em termos de luta pelos interesses de classe dos assalariados.

A Plataforma Anticapitalista em que as citadas organizações convergiram é uma base de colaboração aberta a demais grupos e pessoas. O seu ponto central é combater a pilhagem a que os trabalhadores e os pobres estão a ser sujeitos, dizendo-lhes que nada têm a esperar deste regime.

Publicamos aqui um comunicado sobre os Encontros e o texto da Plataforma Anticapitalista *O capital que pague a crise*, apelando aos nossos leitores para que os apoiem e divulguem.



## O capital que pague a crise

Patronato, governo e partidos do poder fazem-nos crer que a recuperação da presente crise capitalista exige sacrifícios partilhados por todos.

Na verdade, são os trabalhadores assalariados que estão a suportar o grosso dos sacrifícios.

O ponto central da nossa posição é de que os trabalhadores devem rejeitar pagar os custos da crise – pela acção de massas, pelo apoio mútuo, pela solidariedade de classe (nacional e, sempre que possível, internacional).

Consideramos que a resposta à crise não está na habilidade das “soluções” propostas, mas na força posta no confronto de classes.

Para os trabalhadores, o resultado depende da resistência que opuserem às medidas aplicadas por governos e patrões, das exigências que colocarem, da energia que puserem na sua defesa.

A expressão que resume esta ideia é:

### O capital que pague a crise

As exigências concretas que pretendemos popularizar são as seguintes:

#### 1. Trabalho para todos

- Ponto final nos despedimentos
- Proibição do *lay-off*
- Combate ao desemprego, ao subemprego e

ao trabalho precário através da redução do horário de trabalho sem redução de salários

#### 2. Combate à pobreza e à degradação do nível de vida

- Aumento geral de salários e pensões, redução dos leques salariais
- Uso exclusivo dos dinheiros do Estado e da Segurança Social para apoio ao emprego e ao bem-estar dos trabalhadores. Nem mais um tostão para banqueiros e especuladores

#### 3. Mais justiça social em vez de polícia

- Apoio social aos bairros pobres e às populações imigrantes
- Julgamento e condenação dos especuladores e corruptos
- Fim dos privilégios (pensões, indemnizações, carros, etc.) dos administradores, políticos e patrões que cometeram fraudes

#### 4. Pôr em minoria os partidos do capital

- Contra a maioria absoluta, contra o bloco central
- Não votes nos partidos de quem te explora

Colectivo de Comunistas Revolucionários  
Colectivo Mudar de Vida  
Colectivo Política Operária  
5 Julho 2009

Diante das dificuldades em sair da crise

# Agravam-se as tensões políticas e militares entre potências capitalistas

Três perguntas a Henry Houben

Na primeira conferência da *World Political Economics Society*, realizada em Xangai a 2 e 3 de Abril 2006, Henri Houben centrou a sua intervenção na análise marxista da fase actual da globalização do sistema capitalista, declarando a dado momento: "O projecto europeu de relançamento da competitividade da Europa entra em conflito com a posição dos Estados Unidos da América que pretendem manter-se como a única potência hegemónica e impedir assim a emergência de qualquer outro rival. Deste ponto de vista, a União Europeia, sob direcção liberal ou social-democrata, não representa uma alternativa à dominação imperialista dos EUA. Pois não se trata de substituir um capitalismo selvagem, como o dos EUA, por um outro pretensamente mais civilizado como seria o da Europa. Trata-se sim de substituir uma classe dominante hegemónica por outra. Se nos voltamos para um passado recente, sabemos que a elite europeia demonstrou sobejamente ser capaz do pior: colonialismo, fascismo e nazismo, tudo isto coroado por duas guerras mundiais desencadeadas no mesmo século". Colocámos três perguntas a Henri Houben para evocar de novo o papel da Europa na conjuntura actual. Mas evocamos igualmente o plano de relançamento da economia norte-americana concebido pela administração Obama, o défice público abissal dos Estados Unidos e o seu financiamento constante pelo Japão e a China.

Henri Houben é economista, membro do secretariado do grupo Attac Bruxelas 1 ([www.bxl.attac.be](http://www.bxl.attac.be)) e investigador do Instituto de Estudos Marxistas de Bruxelas ([www.marx.be](http://www.marx.be)).

Manuel Vaz

**1** Quais são as possibilidades de sucesso do plano de Obama, um plano baseado em fortes investimentos públicos e na renegociação das dívidas

hipotecárias mas que evita cuidadosamente a nacionalização dos bancos, medida-chave reclamada, no entanto, mesmo por dirigentes próximos do poder, como Roubini?

O problema é sabermos o que entendemos por sucesso. Para mim, um plano destes pode ter um efeito positivo para evitar uma situação ainda mais catastrófica. Mas não terá alcance para relançar efectivamente a economia. Esta é a opinião de peritos como Krugman, Stiglitz ou Roubini.

O montante de 787 mil milhões de dólares só compreende cerca de 400 mil milhões de despesas nas infra-estruturas, na formação, etc. (a diferença diz respeito a reduções de

impostos que vão decerto melhorar a situação dos norte-americanos, mas estes vão utilizar as receitas para reduzir as dívidas). Ora, o défice de crescimento é estimado em 2 biliões para 2010.

Este é o aspecto principal da retoma. A nacionalização dos bancos permitiria estabilizar o sector financeiro. É por isso necessário também, mas não será isso que vai lançar a retoma da economia norte-americana.

**2** Continua a ser o estrangeiro, e em particular a China e o Japão, a financiar o défice público norte-americano (cerca de 1,8 biliões). A queda do dólar e, conseqüentemente, da hegemonia norte-americana sobre a economia mundial depende da atitude política dos seus principais concorrentes. Poderá esta situação



manter-se quando, por outro lado, as taxas de juros estão a baixar?

De acordo com a minha análise, os EUA – e portanto o resto do mundo – têm quatro grandes possibilidades para sair de uma situação que a crise tornou insustentável, a saber, o facto das suas contas externas (e portanto a estabilidade do dólar) dependerem da entrada anual de cerca de 800 mil milhões de dólares de capitais estrangeiros para compensar importações líquidas no mesmo valor. O problema está nas capacidades de financiamento dos planos norte-americanos de retoma ou de salvação financeira: quem os pode pagar e portanto financiar uma dívida pública que cresce muito rapidamente? Do meu ponto de vista, existem quatro possibilidades.

Primeira: são as famílias norte-americanas a financiar. Para isso devem aumentar a sua poupança líquida (que actualmente é ainda quase nula). Mas, neste caso, terão que reduzir o seu consumo privado. O que irá agravar muito claramente a crise económica, primeiro nos EUA, depois nos países exportadores. A probabilidade desta solução é muito baixa.

Segunda: não sendo as famílias norte-americanas que contribuem, deverá ser o





estrangeiro (Estado e privado). É o que se passa actualmente com as contribuições, designadamente, dos bancos centrais da China e do Japão, que o fazem porque uma suspensão brutal da sua parte ocasionaria perdas avultadas para o seu sector de exportação. No entanto, as condições de financiamento são as de um crédito quase sem ganhos: as taxas de juros são muito baixas (0,5% a 1 ano, 3% a 7 anos, 3,5% a 10 anos). Todos estamos de acordo que isto não pode durar muito tempo, que o estrangeiro vai exigir, mais tarde ou mais cedo, uma remuneração mais elevada.

Neste caso – e é a terceira possibilidade –, os EUA podem decidir aumentar as taxas de juro. Se o fizerem, vão tornar o crédito mais caro e, portanto, tornar ainda mais raros os investimentos. O que provocará uma recessão ainda pior do que aquela que conhecemos neste momento. As falências correm o risco de multiplicar-se. Por outro lado, se Washington aumentar aquelas taxas, vai obrigar os outros países a fazer o mesmo, uma vez que, se não o fizerem, os capitais do mundo inteiro vão precipitar-se além-Atlântico. O que conduzirá a economia mundial para a depressão. Um cenário catastrófico que será ainda acompanhado de pesados ajustes orçamentais, porque será necessário pagar mais caro também uma dívida pública que cresce por todo o lado com os planos de retoma e de salvação financeira.

E encontramos então o quarto cenário: Os Estados Unidos renunciam à subida das taxas de juro. Mas, neste caso, o estrangeiro recusa a entrega dos 800 mil milhões necessários para equilibrar a balança de pagamentos. Basta aliás que apenas uma parte deste montante deixe de chegar para gerar

dificuldades. Neste caso, o dólar corre todos os riscos de afundar-se. A sua queda irá abalar todo o sistema monetário internacional, que continua a basear-se na divisa norte-americana. Poderemos prever então a criação de blocos proteccionistas, nomeadamente na Europa e na Ásia, para impedir que as mercadorias norte-americanas possam penetrar aqueles mercados por via de um dólar que deixará de ter qualquer valor. E as consequências seriam tensões políticas e militares muito mais agudas entre as diferentes potências, em particular da parte dos EUA que seriam excluídos da Ásia e talvez da Europa.

Existe ainda uma última possibilidade que pessoalmente excluo: a cooperação entre países para resolver as dificuldades norte-americanas. Podem existir acordos limitados, mas a característica principal das relações internacionais continua a ser a rivalidade. Em particular, a Casa Branca não vai renunciar, mesmo se a realidade económica a isso a obrigar, à posição hegemónica do dólar. Não irá aceitar que o centro do mundo se desloque para a China. Isto será fonte de conflitos futuros e não de apaziguamento.

Este (longo) desenvolvimento permite-me tomar mais precisas duas coisas em relação à questão. Primeiro, a China e o Japão não detêm as chaves do futuro económico do mundo. Washington mantém um peso considerável e não hesitará em utilizá-lo, como já o fez no passado. Depois, nem a China nem o Japão têm, hoje, a possibilidade de fazer uma escolha política. Estão demasiado dependentes das exportações. Pequim decidiu industrializar o interior do país. Mas fê-lo tarde demais (ou a crise chegou cedo

demais) para poder desligar-se da situação norte-americana. Não lhe interessa assistir à queda do dólar.

**3** Entretanto, o aparelho militar continua a reforçar-se, tanto nos EUA como na Europa, no quadro da NATO. A mensagem é clara: pretendem obter pela força aquilo que já não conseguem obter através de meios económicos e políticos. Podemos afirmar que, nesta matéria, a Europa de Merkel e Sarkozy prescindiu de toda a autonomia e associou definitivamente a sua sorte às capacidades de retoma e sobrevivência do império norte-americano?

A Europa não consegue entender-se. Mesmo no plano económico, embora cimentado por uma sucessão de tratados de carácter liberal, vemos que, quando surge uma crise com alguma dimensão cada um dos Estados reage no seu canto para salvar os interesses das “suas” grandes empresas, mesmo que isso signifique um desastre para o país vizinho. Nestas condições, não é possível termos uma Europa forte e portanto a única solução para Merkel, Sarkozy, Brown e Barroso é agarrar-se ao irmão mais velho norte-americano. Mas nada nos garante que isto é definitivo. Há outras forças na Europa e é sempre difícil saber ou prognosticar quem irá dominar a prazo.

Parece-me que a aliança conservadora-liberal na Europa favorece estes comportamentos “individualistas”, “nacionalistas” e portanto o alinhamento com as posições norte-americanas. Pelo contrário, com os sociais-democratas, certas correntes conservadoras e os ecologistas, poderíamos ter uma tendência mais “autonómica”, que de novo procura a hegemonia da Europa. Não é que eu defenda isto, nem o contrário (não sinto nenhuma simpatia por qualquer daquelas correntes). Mas é possível.

Na actualidade, o patronato europeu procura sobretudo melhorar a sua posição económica, através de uma política de exploração mais intensiva com, nomeadamente, os cortes na segurança social, a redução dos salários e a flexibilidade no trabalho. Nestes planos, os liberais e os conservadores formam a melhor coligação para aplicar políticas e estratégias que agravam a situação dos assalariados e dos pensionistas.

Mas isto pode mudar e, com a crise, talvez muito rapidamente. Se o dólar cair, apesar da grande amizade de Merkel, Sarkozy e companhia pelos EUA, terão que bloquear a entrada de produtos que não terão quase valor algum por causa de uma divisa desvalorizada e isso dará inevitavelmente origem a tensões muito graves.

O que é determinante não é a simpatia deste ou daquele dirigente. São os interesses fundamentais da classe no poder na União, a saber, a grande burguesia europeia.

# Mais destruição de emprego

Na Rohde, perto de mil operários do calçado em risco de despedimento

Os 984 operários da fábrica de calçado Rohde souberam em 7 de Setembro, após três semanas de férias, que a empresa vai entrar mais dois meses em *lay-off* (com incentivo do Ministério da Economia e com a justificação de evitar o encerramento imediato). Simultaneamente, a administração diz que vai avançar, ainda em Setembro, com um pedido de insolvência, como forma de procurar uma solução que assegure a viabilidade económica da empresa. A Rohde, com fábrica em Santa Maria da Feira, é a maior empregadora da indústria de calçado em Portugal e já empregou 3 mil trabalhadores. O pedido de insolvência será apresentado em tribunal português (e não na Alemanha, onde está sediada a empresa-mãe), para que o processo seja conduzido por um administrador português, procurando tornar mais fácil uma solução que envolva o Estado português. Lembramos que a Rhode já esteve várias vezes em *lay-off* e ainda recentemente



recorreu a fundos estruturais, recebendo dinheiro do Estado. O que se passa com a Rohde, cuja empresa-mãe já dispensou o trabalho da unidade portuguesa, vem na sequência lógica do que se tem verificado com as restantes multinacionais do calçado: vieram para Portugal explorar uma força de trabalho barata e, nos últimos anos, foram saindo, deslocalizando para outros países onde as condições de exploração lhes são mais favoráveis.

Muitos trabalhadores da Rohde consideram o seu futuro incerto. Receiam que estes dois meses de *lay-off* acordados com o governo mais não representem que um adiar da situação (como na Qimonda?). E que uma solução definitiva de fecho da empresa esteja a ser preparada para depois do período eleitoral, visto que o encerramento da Rohde antes disso geraria mais uma onda de contestação social.  
**Pedro Goulart**

Uma operação fracassada

## As “escutas” na Presidência

**N**ão é que essa gente do aparelho e do governo PS não seja capaz de mandar fazer escutas a qualquer um. Conhecemos bem como agem. Mas, no caso das pretensas escutas do governo de Sócrates ao Presidente da República, as coisas parecem configurar uma inábil manobra desencadeada a partir de Belém para dar uma ajudinha a um PSD em dificuldades. Como, na prática, pouco divergem PS e PSD, as batalhas eleitorais não podem fazer uma demarcação entre estes dois partidos do bloco central e, logo, não se revelam fáceis. E, como os interesses e os tachos em jogo falam alto, vale tudo neste combate. A operação “escutas” de Belém, que interessava ao PSD, partido

que estava já a cavalgá-la fortemente, ao fracassar, fez emudecer alguns militantes e estrebuchar publicamente outros, como aconteceu com Pacheco Pereira e Luís Filipe Meneses. Foi mais um golpe de última hora nas pretensões do PSD. Por outro lado, quem conheça razoavelmente o contexto e os intervenientes de Belém pode duvidar seriamente que Fernando Lima (um colaborador de Cavaco Silva há mais de 20 anos) tenha agido autonomamente, sem consultar o Presidente. E, claro, o “Público” de Belmiro de Azevedo e de José Manuel Fernandes agarraram com ambas as mãos (apesar de não disporem de um mínimo de provas) uma oportunidade que lhes parecia boa de atacarem o governo. O despedimento do fiel Fernando

Lima, sem uma palavra pública, é bem característico dos valores dominantes na sociedade capitalista em que vivemos. O erro do assessor de imprensa de Cavaco, provavelmente, foi o de não ter sido bem sucedido, isto é, ter sido apanhado na tarefa que lhe encomendaram. Com este despedimento (ou mero afastamento das relações com os média) de Fernando Lima antes das eleições legislativas, Cavaco Silva pretende evitar o pior, esvaziando parte do problema que, com os resultados eleitorais e a constituição de um futuro governo, se irá esbatendo. Se Cavaco tivesse razão, então seria mais grave. Como conviveu o PR mais de um ano com tal problema, sem nada fazer? O que pode esperar qualquer cidadão de governantes destes?  
**Carlos Completo**

## Tyco despede, Tyco “contrata”

A Tyco Electronics, fábrica de componentes para a indústria automóvel, em Évora, que apesar das muitas encomendas em carteira recorreu insistentemente ao *lay-off* desde 2008, procedeu há dois meses a um despedimento colectivo de 110 trabalhadoras. Já desde o ano passado se afigurava que a administração da empresa procurava aproveitar a ocasião de profunda crise do capitalismo para se reestruturar, produzindo mais barato à custa de quem trabalha. Agora, algumas das trabalhadoras recentemente despedidas foram incentivadas pelo IIEFP de Évora a aceitar trabalho (na Tyco) por dois meses, através de empresas de trabalho temporário!

## Oliva declarada insolvente

A metalúrgica Oliva foi declarada insolvente, dois meses antes de acabar o *lay-off* aplicado a 178 dos seus 198 trabalhadores. A administração da empresa, que apresentara um pedido de insolvência, diz com isto pretender viabilizá-la economicamente. Constituída nos anos trinta do século passado, a empresa, de São João da Madeira, já estava com pagamentos em atraso aos trabalhadores, nomeadamente os subsídios de Natal de 2008. Entretanto, os trabalhadores pretendem reunir com a administração, para avaliar das verdadeiras intenções desta.

## Os “imprescindíveis”

O director-geral da Saúde disse, muito candidamente, à imprensa que, desde há meses, as empresas enviam à DGS listas de “funcionários imprescindíveis”, propondo-os como primeira prioridade na vacinação contra a gripe A. Não se trata de pessoas que, por motivos profissionais, estejam em contacto com gente contaminada (como sucede com médicos, enfermeiros ou bombeiros), mas sim de normais funcionários de qualquer tipo de empresa, a que os patrões atribuem um papel decisivo no funcionamento do respectivo negócio. Na emergência, é tão só a saúde empresarial que está em causa.



## Instalações anti-suicídio

No passado 28 de Setembro, com o 24.º suicídio, o director-geral da France Telecom, Didier Lombard, anunciou o abandono imediato do “princípio de mobilidade sistemática dos quadros de três em três anos”. A esquerda exige do governo a demissão imediata de Lombard; os sindicatos por seu lado concentram as críticas sobre o número 3 da empresa, Louis-Pierre Wenes, o *cost killer* que arvora como divisa, “ou se submetem ou se demitem”. Um outro aspecto da “gestão pelo terror”: a sede da empresa em Saint-Denis que acolherá 2 mil assalariados e entrará em função no início do próximo ano, foi concebida para “evitar os suicídios”: janelas seladas, terraços inacessíveis, etc... Os sindicatos e as famílias enlutadas lá vão falando de fazer queixa junto aos tribunais... e vai-se ficando por aqui.

Manuel Vaz

## Nova forma de escravatura

Sobre o caso France Telecom o médico psiquiatra Pedro Afonso publicou no Público (3 de Outubro) um artigo em que afirma o seguinte: “Não é imprescindível que exista uma sala de tortura psicológica para se criar um ambiente hostil, visando a submissão dos funcionários aos objectivos traçados pelos conselhos de administração. Em inúmeros casos existe um autêntico ambiente de terror entre os funcionários, criado pelos mais altos responsáveis sob a chancela da produtividade, com o único propósito de alcançar objectivos económicos”. Diz o autor que, diante das depressões que atingem os trabalhadores “a primeira reacção dos responsáveis é oferecerem generosamente apoio psiquiátrico ou psicológico. Mas esse não é mais do que um tratamento paliativo (ou mesmo um *dopping*)”. Acrescenta Pedro Afonso que “a coacção psicológica nas empresas configura uma nova forma de escravatura” e, nesse sentido, constitui “um atentado contra a liberdade e dignidade humana, devendo merecer uma justa condenação da sociedade”.

# A ditadura da produtividade

## 24 suicídios na France Telecom em dois anos

Uma onda de suicídios tem vindo a vitimar os trabalhadores da France Telecom (FT), na sequência de uma “reestruturação” que, desde 1995, enviou para o desemprego 60 mil trabalhadores e deu lucros astronómicos aos accionistas. Nos últimos dois anos, 24 trabalhadores puseram termo à vida, não deixando dúvidas de que a causa do seu desespero se deveu às pressões sentidas no trabalho. O 24.º a matar-se atirou-se de um viaduto situado não longe da empresa. Era um homem de 51 anos, com dois filhos, que tinha sido transferido para um serviço de *call center*. Numa carta que deixou, disse que não suportava mais a tensão a que estava sujeito. O texto que agora divulgamos (publicado pelo Partido Comunista dos Operários de França) traz mais alguma luz sobre os factos, relacionando os despedimentos, o estado de *stress* dos trabalhadores e os suicídios com os métodos de gestão postos em prática por administradores que em nada são inocentes.

**D**e 1995 até hoje, os efectivos da France Telecom passaram de 140 mil para 80 mil. Nestes últimos dois anos foram suprimidos 22 mil empregos, dos quais 2957 só nos últimos seis meses.

Os dividendos distribuídos aos accionistas em 2008 elevaram-se a 4 mil milhões de euros, representando 65 mil empregos e, no primeiro trimestre deste ano, o montante era já de 4,1 mil milhões. Números astronómicos que deliciam os gestores da empresa, da qual o Estado é o primeiro accionista embora não controle mais do que 27%.

“Nós trabalhamos num meio muito concorrencial”, explicam estes altos dirigentes, que desejavam tanto livrar-se destes milhares de funcionários, muito marcados mentalmente pelo sentido de serviço público. A primeira etapa da privatização da France Telecom traduziu-se pela paragem do recrutamento de funcionários e pela incorporação de trabalhadores e trabalhadoras, de preferência jovens, com contratos de trabalho privados. Eles deviam “empurrar” os “antigos” para fazer da FT um líder mundial, um grupo funcionando como as multinacionais arrasando os “mercados” – especialmente as empresas públicas de telecomunicações da Europa de Leste, África, América Latina, etc., que os governos que aderiram ao neoliberalismo privatizaram a toda a força.

Os utentes eram apenas clientes aos quais era preciso vender

“produtos de alto valor acrescentado”. A “qualidade de serviço” prestada aos utentes dos meios populares deu lugar a serviços pagos, impessoais, geridos a partir de plataformas onde reina a ditadura da produtividade. Apesar da política divisionista, as lutas desenvolveram-se, unindo trabalhadores com estatuto público e trabalhadores com estatuto privado.

Para obrigar os funcionários a sair da empresa, a direcção adoptou métodos de “gestão” cujo objectivo principal é fazer perder a paciência aos trabalhadores. O turbilhão de reestruturações engrenou, instaurando um clima geral de desestabilização, de *stress* permanente, em ambiente de troca, de desprezo pelos funcionários.

Supressão de funções e de serviços de um dia para o outro, propostas de “transferências” para locais a centenas de quilómetros da residência sucedem-se para empurrar o máximo de funcionários para a saída. É o que dizem todos os textos deixados por aqueles que acabaram por quebrar.

Movimentos de protesto desenvolveram-se espontaneamente. A cólera não parou de subir, enquanto a Direcção tentava atribuir os suicídios à fragilidade das vítimas e prosseguia o seu plano de reestruturação. A Direcção tenta fugir às suas responsabilidades enviando os funcionários para psicólogos, para gabinetes de observação, etc.

O que os trabalhadores da FT querem não é serem observados: eles exigem que cesse esta política de reestruturação permanente, a gestão por *stress*, a pressão moral para conseguir cada vez mais produtividade.

O seu combate inscreve-se na defesa dos serviços públicos, na recusa das políticas de privatização e da corrida à produtividade ao ritmo dos valores da bolsa. Hoje, esta política é responsável por suicídios, depressões e outros sofrimentos físicos e psíquicos na FT, na EdF (Electricidade de França) e sê-lo-á amanhã nos Correios, cuja privatização está prometida.

PCOF / MV



## Afeganistão

**EUA preparam escalada militar**

O general Stanley McChrystal apresentou ao presidente Obama um relatório pedindo, pelo menos, mais 40 mil tropas para a guerra no Afeganistão, com o argumento de que são necessárias para a “vitória” dos EUA.

No debate que se trava nos meios dirigentes norte-americanos sobre a solução para o Afeganistão, seria incorrecto pensar que de um lado estão as pombas e do outro os falcões, ou que um lado optou consistentemente pela paz e o outro pela guerra. Ambos fizeram no passado campanha pela guerra e, agora, o que os divide é principalmente uma avaliação tática daquilo que os EUA enfrentam no Afeganistão.

Os trabalhadores e as pessoas pobres e oprimidas dos EUA não têm nenhum interesse na continuação da ocupação militar do Afeganistão. O último número da revista *USA-Today/Gallup*, publicado em Setembro, mostrou que metade da população, e 60% dos democratas, se opõem ao envio de mais tropas. Esta posição é reforçada pelo crescente número de mortes entre as tropas da Nato. No que diz respeito ao povo afegão, um relatório das Nações Unidas conclui que a morte de civis



associada à guerra já atingiu o revoltante recorde de 1500 vidas, apenas este ano – e esta é apenas a ponta visível do icebergue. Muitos estão a morrer de fome ou vítimas de deslocamentos internos, o que leva à morte de crianças e de mulheres parturientes, assim como a muitas outras situações fatais.

O próximo passo para esta luta, nos EUA, tal como nos outros países da Nato, é a exigência de uma retirada das tropas do Afeganistão. Ao contrário das duas partes em oposição, no Congresso e no governo, os trabalhadores e os desempregados de todos os paí-

ses têm todo o interesse em acabar com esta guerra sangrenta e parar com os gastos de dinheiro nela envolvidos.

Várias manifestações de rua decorrem em Outubro nos EUA, afirmando uma firme oposição às guerras do Afeganistão e do Iraque e clamando pelo regresso a casa das tropas norte-americanas ali estacionadas. Enquanto a classe dirigente e os seus respectivos políticos jogam friamente as suas táticas, a verdadeira oposição ao imperialismo norte-americano exprime-se nas ruas.

**Workers World / MV**

**A farsa do Tribunal Penal Internacional**

O Tribunal Penal Internacional (TPI) – um tribunal permanente com sede em Haia vinculado à Organização das Nações Unidas (ONU) – pretende “promover o Direito Internacional” e afirma procurar julgar indivíduos acusados de crimes de genocídio, de agressão, de crimes de guerra e de crimes contra a humanidade. Isto, quando os Estados não possam, ou não queiram, julgar esses indivíduos.

A criação do TPI, que ocorreu em Roma em 1998, foi incentivada pelos EUA. Mas a ironia é que o TPI só pode investigar em Estados que tenham aderido ao Estatuto de Roma. E os EUA são um dos países que não aderiram a este Estatuto. Vem isto a propósito dos crimes gravíssimos perpetrados nos últimos anos por autoridades dos EUA. Bush, Cheney, Rumsfeld, Condoleezza Rice e muito mais gente da administração norte-americana

são manifestamente responsáveis por numerosos crimes praticados nas guerras levadas a cabo (ou comandadas) por esse país no Iraque e no Afeganistão (e que se prolongam agora com os massacres da era Obama), assim como pelas denunciadas torturas em Abu Ghraib, Guantánamo, etc.

Dick Cheney, vice-presidente dos EUA na administração Bush, que foi o responsável directo pelas ordens dadas à CIA para torturar presos “suspeitos da prática de terrorismo”, afirmou recentemente poder vir a recusar falar com o procurador encarregado de investigar o caso. A polícia política norte-americana recorreu aos mais torpes meios, incluindo a ameaça de violar a mãe de um dos detidos e matar os filhos de outro, com o objectivo de obter informações dos interrogados. E Cheney justificou estes métodos dizendo que tinham permi-

tido evitar ataques terroristas, e advertindo que a investigação em curso iria desmobilizar a CIA.

Entretanto, e apesar dos vários “julgamentos” já efectuados por estes tribunais penais (provisórios ou permanentes) envolvendo cidadãos europeus ou africanos, não se afigura crível que venham a julgar os criminosos de guerra norte-americanos. Até porque os EUA, como se disse, não aderiram ao Estatuto de Roma.

Não é, pois, de admirar a notória hipocrisia e parcialidade do TPI. Ele não tem passado de um mero instrumento na mão de vários imperialismos, nomeadamente do europeu e do norte-americano, que o têm utilizado, sobretudo, para interferir na política interna de vários países e perseguir os adversários políticos (veja-se o caso da Jugoslávia).

**Pedro Goulart**

**Sindicatos dos EUA contra G20**

A cimeira do G20 juntou em Pittsburgh, EUA, os 20 países mais ricos do mundo, entre 20 e 26 de Setembro. A crise mundial do capitalismo foi o centro das conversações. Ao mesmo tempo, no dia 20, teve lugar uma Marcha pelo Emprego. Esta mobilização de protesto, organizada por forças anticapitalistas norte-americanas, teve um grande impulso com a adesão de dois dos maiores sindicatos dos EUA que têm sede nacional em Pittsburgh: a *United Steel Workers Union* (metalúrgicos) e a *United Electrical Workers* (electricidade) – que decidiram apoiar a iniciativa e mobilizar os seus membros para o protesto.

**Defender Cesare Battisti**

Saudávamos no MV13 a concessão de asilo político ao militante italiano Cesare Battisti, decidida pelo governo brasileiro. E, na altura, o ministro brasileiro da Justiça justificava a concessão de asilo com “um fundado temor de perseguição” por parte do estado italiano. Entretanto, por pressão do governo italiano e sob pretexto de “controlo judicial de actos de administração”, o Supremo Tribunal Federal decidiu intervir no processo de extradição de Cesare Battisti, temendo-se seriamente pela sua sorte, dadas as conhecidas posições conservadoras de grande parte dos elementos daquele tribunal. Para mais informações, consulte o site do Comité de Solidariedade a Cesare Battisti.

**Pena de morte**

Segundo a Amnistia Internacional, em 2008 foram executadas em todo o mundo cerca de 2400 pessoas e mais de 8800 foram condenadas à pena capital. No ano passado, cinco países totalizaram 93% das execuções: Paquistão, China, Irão, Arábia Saudita e Estados Unidos da América. Apesar de uma moratória nas execuções aprovada em 2007 na Assembleia-Geral da ONU, estas medidas criminosas de diversos estados prosseguem. É preciso combatê-las e eliminá-las.

# “Tropas dos EUA retiram das cidades porque a resistência a isso as obriga”

Testemunho de Gilles Munier sobre a situação no Iraque

Gilles Munier, secretário-geral da Associação de Amizade Franco-Iraquiana (AFI) desde 1986 é um profundo conhecedor do Médio Oriente. Antes de 2003, participa activamente no programa “Petróleo por alimentos”, único meio concedido às autoridades iraquianas para atenuar os efeitos do embargo económico ao Iraque imposto pelos EUA e sancionado pela ONU. Em 2005, Munier é acusado, conjuntamente com outras personalidades, de ter furado o embargo, tendo contra si um processo que continua sem data de julgamento marcado. Isso não o impediu de continuar a militar incansavelmente pelo reconhecimento da resistência iraquiana como única representante legítima do povo iraquiano, inclusive junto do governo francês. De uma entrevista publicada no site do MV damos a conhecer a sua posição sobre a situação actual no Iraque, concretamente após a declaração da retirada das tropas de ocupação norte-americanas das cidades iraquianas.



**E**m linguagem militar, a retirada das forças norte-americanas das cidades não passa de um redobramento de tropas. Se os norte-americanos deixam as cidades, é sobretudo porque a resistência a isso os obriga: eles perdem muitos homens. Mas o acordo de segurança permite-lhes regressar a coberto da luta contra a Al-Caida, nome que eles dão às organizações de resistência, sem distinção. Este recuo não altera nada na

vontade dos iraquianos de libertarem o país. A redução das forças de ocupação, no horizonte de 2011, não significa para eles o fim dos combates, porque 50 mil conselheiros permanecerão no Iraque por tempo indeterminado. Novas bases estão em construção para os acolher. Pelo menos se tudo se passar como prevê o Pentágono, porque no terreno a luta intensifica-se. A situação é tal que o coronel Reese, conselheiro do “Comando operacional de Bagdad”, num relatório publicado pelo *New York Times* de

31 de Julho, receia uma retirada “não planificada” que poria em perigo os interesses dos EUA. O balanço que ele faz da ocupação do Iraque é dos mais negativos: ineficácia e corrupção nos ministérios e nas forças armadas, incapacidade de melhorar as infraestruturas, potencial de violência anti-americana elevado... O porta-voz do ministério do Interior reconheceu que são necessários 128 mil agentes de segurança só para proteger a *nomenklatura*, quase tanto como o número de GI!

Na resistência, Izzat Ibrahim al-Douri, que dirige o partido Baas clandestino, pediu aos seus guerrilheiros para concentrarem os ataques sobre as tropas norte-americanas e de só atacarem os seus colaboradores locais em caso de legítima defesa. Em princípio de Agosto, lançou um apelo aos diversos agrupamentos patrióticos para constituírem um “Conselho supremo da resistência”, mesmo que fosse apenas para apresentar uma frente comum quando tiver de se negociar com o inimigo. Isto tornou-se urgente porque a resistência está dividida em entidades combatentes mais ou menos concorrentes. Os norte-americanos aproveitam isso para contactar com algumas das organizações. Ultimamente, tiveram um encontro em Amã com dirigentes do “Conselho político da resistência iraquiana”, que compreende o Exército do Islão, a Frente Islâmica da Resistência Iraquiana, o Hamas do Iraque e o Ansar al-Sunna. A unificação da resistência tornou-se uma necessidade absoluta.

**Manuel Vaz**

## “Piratas” da Somália

Uma luta por condições de vida mais dignas

Os “piratas” da Somália, nas suas embarcações precárias, são perseguidos por navios de mais de 12 nações, dos EUA à China. Aqueles que os governos “ocidentais” rotulam como “uma das maiores ameaças do nosso tempo” são oriundos de um dos países mais miseráveis do mundo. O mundo ocidental encontrou nos mares da Somália o local ideal onde descarregar lixo nuclear. Além disso, a Europa, que esgotou os recursos naturais das suas águas, rouba anualmente milhões de euros de atum, camarão e lagosta nas costas da Somália, enquanto os pescadores locais passam fome. Quando os “piratas” se intrometeram no caminho pelo qual passa 20% do petróleo do mundo... imediatamente a Europa despachou para lá os seus navios de guerra.

Mal o governo somali se desfez em 1991 (e os ricos partiram), começaram a aparecer misteriosos navios europeus no litoral da Somália que deitavam ao mar contentores e barris enormes. A população do litoral começou a ter erupções de pele, náuseas e bebês malformados. Com o *tsunami* de 2005, centenas de barris enferrujados e com sinais de derramamento apareceram em diferentes pontos do litoral. Muita gente apresentou sintomas de contaminação por radiação e são conhecidas 300 mortes. O facto é relatado por Ahmedou Ould-Abdallah, enviado da ONU à Somália: “Alguém está a deitar lixo atómico no litoral da Somália – chumbo, metais pesados, cádmio e mercúrio”, proveniente de hospitais e indústrias europeias que, ao que tudo indica, o entrega

### Caos programado

A Somália ficou sem governo central desde 1991, quando o ditador Siad Barre, apoiado pelos EUA, foi derrubado por uma insurreição generalizada. Nessa altura, dois terços das reservas petrolíferas do país estavam atribuídas aos gigantes norte-americanos Conoco, Amoco, Chevron e Phillips. O envio de tropas pelos EUA, na tentativa de controlar de novo o país, saldou-se por uma derrota humilhante e os norte-americanos tiveram de retirar em 1993. Mas a destruição física e a desorganização política tomaram conta da Somália. Diferentes facções políticas exercem poder sobre partes do território do país. As tentativas de formação de um governo nacional têm sido combatidas pelos países ocidentais, concretamente através da Etiópia que invadiu a Somália em 2006 com o apoio, uma vez mais, dos EUA. **MV**

à Máfia, que o descarrega e cobra barato. “Não há nem descontaminação, nem compensação nem prevenção” por parte dos governos europeus para combater este “negócio”, suspira Ould-Abdallah. É neste contexto que nascem os piratas somalis. São pescadores que capturam barcos, como tentativa de assustar e dissuadir os grandes pesqueiros ou, pelo

menos, como meio de obter alguma espécie de compensação. A maioria dos somalis conhece-os sob a designação de “Guarda Costeira Voluntária da Somália”. Um inquérito divulgado pelo *site* somali independente *WardheerNews* revela que 70% dos nacionais aprova firmemente a pirataria “como forma de defesa nacional”.

**Anónimo internet / MV**



# Praxe criminosa em Famalicão

Universidade Lusíada responsabilizada pela morte de um estudante

Em 26 de Setembro, o tribunal de Famalicão considerou a direcção da Universidade Lusíada responsável pelos acontecimentos que conduziram à morte de um estudante.

Em Outubro de 2001, Diogo Macedo, estudante de arquitectura e membro da tuna académica, morreu devido a lesões cérebro-medulares, após acontecimentos ainda por esclarecer ocorridos na noite em que, aparentemente, tinha decidido abandonar a tuna por não suportar mais as praxes a que era submetido.

O MATA (Movimento Anti-"Tradição Académica") relata o caso num comunicado de que publicamos as principais passagens.

**A** morte foi, inicialmente, considerada accidental, mas a autópsia revelou múltiplas escoriações corporais, além da fractura de uma vértebra cervical resultante de agressão e que teria sido a causa da morte.

Dois elementos da tuna chegaram a ser constituídos arguidos. Contudo, o processo foi arquivado em 2004 por falta de provas. Com efeito, apesar de estarem perto de 20 pessoas nas mesmas instalações que Diogo, nenhuma delas se recordava dos acontecimentos. Após a morte, ter-se-ão reunido de urgência para gizar versões sobre os factos, oportunamente gerando uma "amnésia" colectiva que se apoderou dos "amigos" e "colegas" de Diogo, impedindo-os de fornecerem qualquer pormenor. O próprio juiz reconheceu o "muro de silêncio" que tinha sido criado.

Depois do processo-crime, seguiu-se o processo cível. O tribunal deu como provada a morte do estudante em consequência de uma pancada, desferida durante a praxe, obrigando a Universidade Lusíada de Famalicão (ULF) a pagar uma indemnização de 90 mil euros à família de Diogo por considerar que a ULF não controlou nem evitou as praxes académicas. Esta decisão é idêntica à de outros tribunais relativamente a casos semelhantes, no sentido de responsabilizar as faculdades pelos actos que se passam durante as praxes. Sobre o caso, o MATA faz algumas considerações pertinentes.

Estranha que apenas 3 anos depois da morte de Diogo Macedo os acontecimentos tenham sido tomados públicos, em grande parte devido a uma reportagem da jornalista Felícia Cabrita, apesar de a direcção da Lusíada ter ameaçado de expulsão qualquer aluno que lhe prestasse declarações. Acusa a Universidade de impedir que a mãe de Diogo tentasse descobrir as causas da morte do seu filho e de silenciar as vozes que poderiam esclarecer as circunstâncias em que o aluno morreu.

Nesta tuna (e em todas as outras tunas universitárias) a democracia é inexistente. O relacionamento é totalmente condicionado por uma hierarquia absolutamente rígida. Quem as integra obedece a uma autêntica estrutura de castas com claro prejuízo para quem está "mais abaixo" na cadeia. Este era o caso do Diogo, que apesar de já a integrar há 4 anos, continuava a ser "caloiro" e alvo de animosidade, a qual esteve na origem da



M.A.T.A. - movimento anti "tradição académica"  
mata.info@gmail.com www.sitiodomata.org  
<http://blogdomata.blogspot.com/>

sua decisão de abandonar o grupo. À semelhança do que se passa noutras instituições do ensino superior, é evidente a conivência entre direcções e grupos de estudantes que têm como base a hierarquização, submissão e proliferação de comportamentos repressores e violentos. Não se pode perpetuar estas "tradições" imaginárias que se apoderaram do vazio cultural e intelectual que tem caracterizado as escolas nestes últimos anos. Este caso extravasa os contornos praxísticos, a sua gravidade é a de um homicídio. Homicídio que ocorreu no contexto da praxe, numa tuna, entre estudantes, nas instalações de uma faculdade do ensino superior. Estes factos obrigam-nos a pensar na arbitrariedade da "tradição". A "tradição" não pode cobrir de impunidade actos como este, os muros têm de ser derrubados e permitir que a verdade venha ao de cima.

**MATA / MV**

#### Contactos

[mata.info@gmail.com](mailto:mata.info@gmail.com)  
[www.sitiodomata.org](http://www.sitiodomata.org)  
[www.blogdomata.blogspot.com](http://www.blogdomata.blogspot.com)

## A paz passa pela guerra

O Prémio Nobel da Paz vale o que vale. Mais do que qualquer outro, tem-se prestado a todo o tipo de manipulações por parte das potências que influenciam a supostamente isenta Academia Sueca. Só para referir as últimas décadas, o Nobel da Paz foi parar às mãos de pessoas como Henry Kissinger (1973) um dos maiores responsáveis pela condução da guerra do Vietname (Le Duc Tho, o dirigente norte-vietnamita também distinguido, recusou o prémio). Em 1975, 1983 e 1990 coube a vez a Sakharov, a Walesa e a Gorbachev, pelo jeito que deu ao ocidente a sua acção contra o bloco de Leste. Em 1977, Begin e Sadat foram premiados pelo acordo de paz israelo-egípcio, uma traição à resistência palestina. Em 1994, volta a ser destacada a política de dois dirigentes sionistas, Shimon Peres e Yizhak Rabin, por terem assinado com Arafat os Acordos de Oslo, óptimos para consumir a ocupação dos territórios da Palestina. Em 1989 e em 2003 os alvos são a China e o Irão com a entrega do galardão ao Dalai Lama e a Shirin Ebadi.

O prémio dado agora a Barack Obama não escapa a esta lógica de insinuação política. Obama é enaltecido por ter incentivado "a diplomacia" nas relações internacionais. Mas a política de agressão dos EUA, de que se destaca a primazia dada por Obama à guerra no Afeganistão, é passada em silêncio. Na prática, o prémio saúda a argúcia com que Obama tirou a política norte-americana do isolamento da era Bush, criando entre as principais forças imperialistas mundiais, concretamente a União Europeia, pontos de consenso sobre o curso a dar ao domínio do Planeta. Para a Academia Sueca, a paz passa pela guerra.

**Manuel Raposo**

### DITO

**A acção fala mais alto que as palavras.**

*Pancarta de uma manifestação*